

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 1.109, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002781/2019-31, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio do Sindicato dos Portuários Avulsos de Capatazia, Arrumadores e dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral do Estado do Espírito Santo - Sindpaes, CNPJ nº 28.151.355/0001-09, do Plano ANAPARprev, CNPB nº 2008.0008-18, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL ROBSON AGUIAR

PORTARIA Nº 1.119, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22 do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.007794/2019-05, resolve:

Art. 1º Autorizar a cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras-Repactuados, CNPB nº 2018.0002-92, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS.

Art. 2º Autorizar as alterações no regulamento do Plano Petros do Sistema Petrobras-Repactuados, CNPB nº 2018.0002-92.

Art. 3º Autorizar a aplicação do regulamento do Planos Petros do Sistema Petrobras - Repactuados Pré-70, a ser administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS.

Art. 4º Autorizar o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Adesão ao Plano Petros do Sistema Petrobras-Repactuados, CNPB nº 2018.0002-92.

Art. 5º Autorizar o Convênio de Adesão ao Plano Petros do Sistema Petrobras-Repactuados Pré-70, celebrado entre a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, CNPJ nº 33.000.167/0001-01, e a Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA Nº 1.120, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22 do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.007795/2019-41, resolve:

Art. 1º Autorizar a cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras- Não Repactuados, CNPB nº 1970.0001-47, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS.

Art. 2º Autorizar as alterações no regulamento do Plano Petros do Sistema Petrobras-Não Repactuados, CNPB nº 1970.0001-47.

Art. 3º Autorizar a aplicação do regulamento do Planos Petros do Sistema Petrobras - Não Repactuados Pré-70, a ser administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS.

Art. 4º Autorizar o Terceiro Termo Aditivo ao Convênio de Adesão ao Plano Petros do Sistema Petrobras-Não Repactuados, CNPB nº 1970.0001-47.

Art. 5º Autorizar o Convênio de Adesão ao Plano Petros do Sistema Petrobras - Não Repactuados Pré-70, celebrado entre a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, CNPJ nº 33.000.167/0001-01, e a Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA TÉCNICA 1

RETIFICAÇÃO

Na publicação da Portaria SUSEP/DIR1 nº 9, de 23 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2019, edição 250, seção 1, pág. 39,

Onde se lê: "... CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO",

Leia-se "... DANILO MACEDO MOURA".

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 1.060, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 20 do Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010, e os §§ 2º e 5º do art. 33 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e

CONSIDERANDO o deferimento do Programa de Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados da Empresa - PPLR, previsto no inciso II do art. 25, do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, referente aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia, como contrapartida do usufruto dos incentivos fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, que deveriam ter sido realizados pela empresa IITA INDÚSTRIA DE IMPRESSORAS TECNOLÓGICA DA AMAZÔNIA LTDA., produtora de bens de informática na Zona Franca de Manaus, no ano calendário 2011;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 52710.002102/2012-07, resolve:

Art. 1º Suspender os efeitos da Portaria nº 878, de 04 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 19 de novembro de 2019.

ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JÚNIOR

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.219, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

Divulga os resultados finais do Censo Escolar da Educação Básica de 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008, e na Portaria MEC nº 316, de 4 de abril de 2007, resolve:

Art. 1º Ficam divulgados os resultados finais do Censo Escolar da Educação Básica 2019 na forma dos Anexos I e II a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

Estabelece os parâmetros operacionais para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, no exercício de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, e o MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, Substituto, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e no art. 7º do Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, resolvem:

Art. 1º Na operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, serão observados, no exercício de 2020, os parâmetros anuais estabelecidos na forma dos seguintes anexos à presente Portaria:

I - no Anexo I são definidos:

a) o valor anual por aluno, estimado no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, desdobrado por etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, na forma do disposto nos arts. 10 e 36, § 2º, da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, observadas as ponderações definidas por meio da Resolução MEC nº 1, de 11 de dezembro de 2019;

b) a estimativa da receita total dos Fundos, tomando como base a composição prevista no art. 3º, incisos I a VIII, da Lei nº 11.494, de 2007; e

c) a Complementação da União ao Fundeb, distribuída por estado e Distrito Federal, calculada à base de 10% das receitas dos Fundos, originárias da contribuição dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, na forma do disposto no art. 6º da Lei nº 11.494, de 2007, deduzida da parcela a que se refere o art. 4º, § 2º, do mesmo diploma legal, c/c o art. 4º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008;



